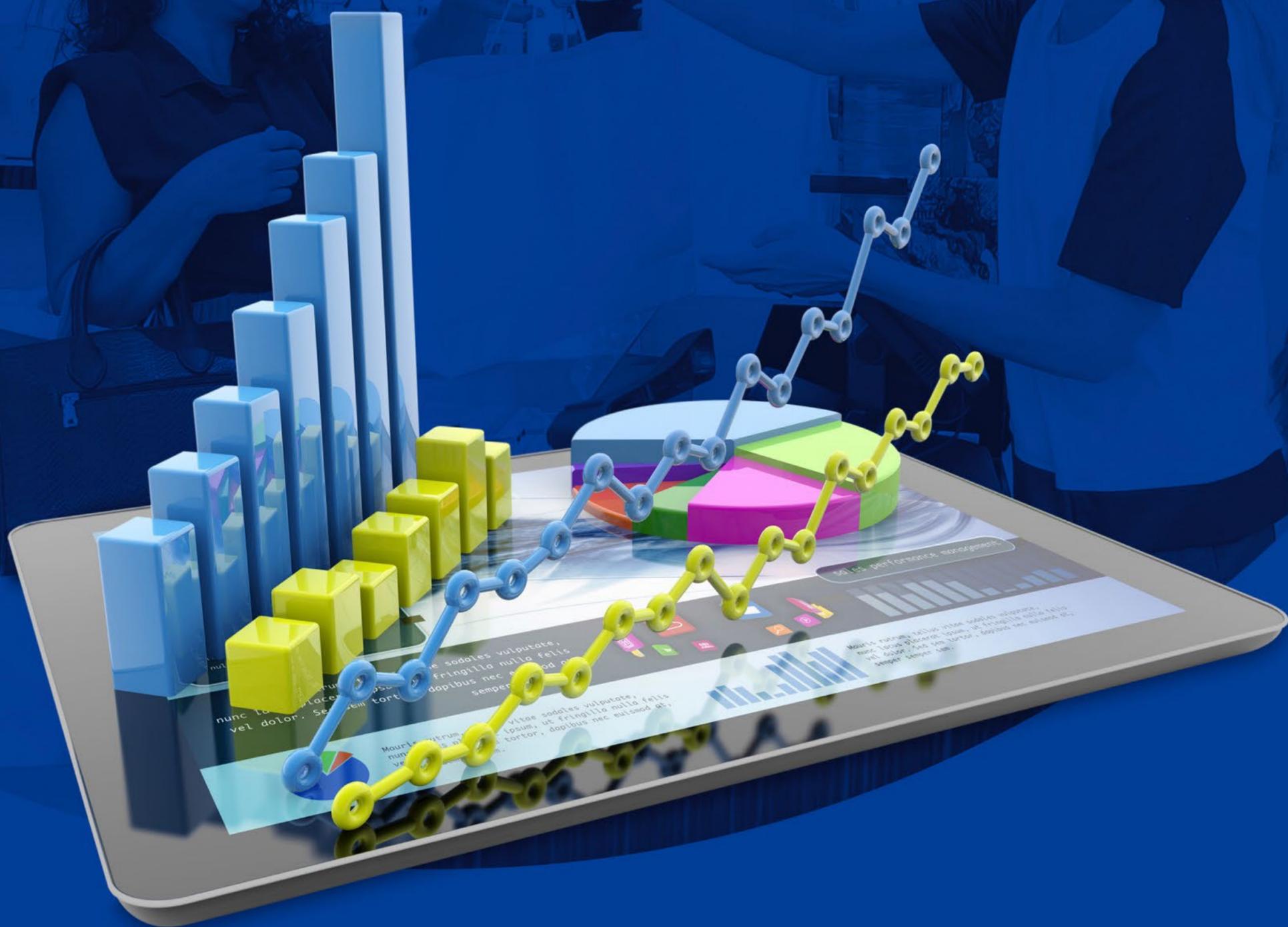




PANORAMA DO COMÉRCIO

JANEIRO/2022



RESUMO

Indicadores que medem a percepção dos consumidores encerram 2021 com resultados negativos; volume de vendas do comércio perde dinamismo, mas deve fechar o ano com crescimento na comparação com 2020

De 2020 para cá, muita coisa aconteceu. Há quase dois anos, começaram a circular as primeiras notícias sobre o contágio por Covid 19. Pouco tempo depois, as atividades econômicas foram restringidas em praticamente todo o mundo. Os setores de comércio e serviços foram severamente impactados, mas, antes mesmo da chegada das vacinas, começaram a exibir sinais de recuperação.

Ainda não há dados sobre o desempenho desses setores em 2021, pois os números referentes ao último mês do ano não foram divulgados. Até o mês de novembro, o que se observa é que as vendas do comércio mantiveram-se acima dos patamares observados no auge da crise, refletindo, pouco a pouco, o relaxamento das medidas restritivas ao setor. No entanto, mesmo sem fortes recuos, os indicadores de vendas do comércio perderam dinamismo, ficando praticamente estáveis nos últimos meses.

Essa perda de dinamismo refletiu-se na confiança dos empresários do setor. De acordo com o indicador apurado pela Fundação Getulio Vargas, os empresários do comércio encerraram o ano de 2021 menos otimistas do que no encerramento de 2020.

Panorama do Comércio



0,5%

Avanço das vendas do varejo



85,3 pontos

Índice de Confiança do Comércio



139,3 mil

vagas criadas pelo setor

Panorama Macro



0,28%

Projeção de crescimento do PIB em 2022



10,06%

Inflação de 2021 (IPCA)



9,25%

Meta para a taxa SELIC

No quadro macroeconômico mais geral, também se observa perda de dinamismo. A projeção de crescimento econômico para 2022 vem caindo ao longo dos últimos meses. Hoje, o mercado estima um avanço de 0,28%, o que é pouco para um país ainda emergente. Ao mesmo tempo em que a atividade econômica perdeu força, a inflação acelerou e mostrou-se persistente. Um desafio para 2022 será conter a alta dos preços, cujo avanço chegou a casa dos dois dígitos (10% em 2021). Pode-se dizer que, passado o pior momento da crise sanitária, agora a economia brasileira terá de superar dificuldades que lhe são inerentes -- e eventualmente agravadas pelas incertezas eleitorais.

Nesse quadro, uma boa notícia é a contínua criação de novos postos de trabalho. Até novembro de 2021, o conjunto de todos os setores da economia criou 2,9 milhões de empregos formais, sendo que o setor de comércio foi responsável por 630 mil. As novas vagas foram importantes para redução do desemprego, que, todavia, ainda permanece elevado.

A deterioração das expectativas também atinge os consumidores. Dados da CNC e da FGV atestam que a percepção sobre o estado da economia não tem melhorado substancialmente nos últimos meses.

Apesar dos desafios, o quadro atual pode ser revertido se o país for bem sucedido na tarefa de discutir as propostas de reformas e realizar um debate eleitoral propositivo, minimizando ruídos que venham trazer incerteza econômica.

Termômetro do consumidor



53,3%

Consideram perspectivas profissionais negativas



81%

Relatam renda igual ou pior que a do ano passado



75,5 pontos

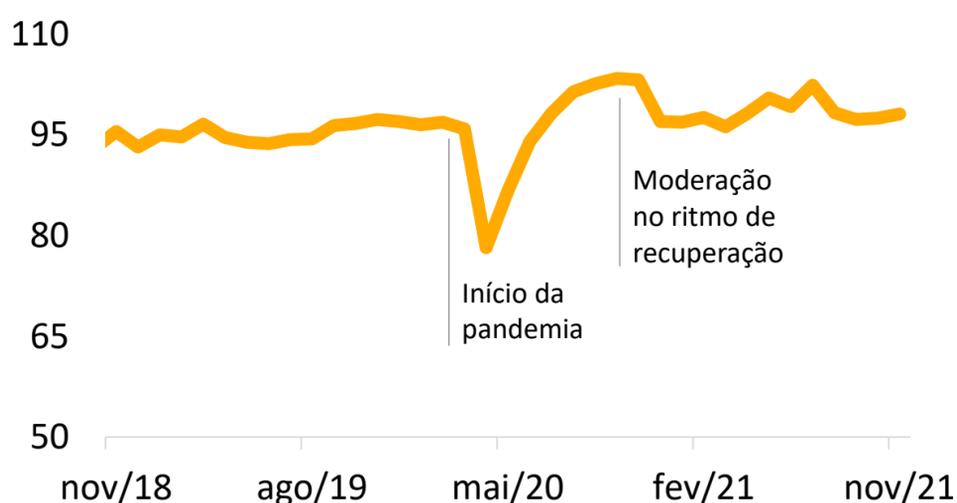
Indicador de Confiança dos Consumidores

VENDAS DO VAREJO

Volume de vendas do comércio varejista ampliado avança 0,5% em novembro

Comércio Varejista Ampliado

Número Índice (Vendas de 2014 = 100)



Segundo dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, em novembro de 2021, na comparação com o mês imediatamente anterior, as vendas do comércio varejista ampliado, que inclui automóveis, motocicletas e materiais para construção, cresceram 0,5%. Os resultados de 2021 só serão conhecidos após a divulgação dos dados de dezembro.

Os últimos meses foram marcados pela perda de dinamismo das vendas do setor, que se recuperava de forma acelerada até novembro de 2020. Ao longo de 2021, o desempenho das vendas do comércio oscilou em torno do nível pré-pandemia, mas teve dificuldades para continuar avançando para além daquele nível. Vencida a fase de restrições sanitárias, que afetaram sobretudo as atividades comerciais, esse desempenho mais recente tem sido afetado pela alta persistente da inflação, que limita o consumo das famílias. Mesmo com a perda de fôlego, quando se compara o volume de vendas nos últimos 12 meses com o dos 12 meses anteriores, observa-se um avanço de 5,1% das vendas do varejo ampliado. Isso se explica pelo fato de que, entre o primeiro meses e o segundo trimestre de 2020, a queda das vendas foi muito acentuada, o que não se repetiu, ao menos na mesma proporção, ao longo de 2021.

	O que compara	Comércio Varejista	Comércio Varejista Ampliado
Varição mensal	Compara o resultado de um mês com o mês imediatamente anterior	0,6%	0,5%
Varição anual	Compara o resultado de um mês com o mesmo mês do ano anterior	-4,2%	-2,9%
Varição acumulada em 12 meses	Compara os 12 meses encerrados no mês de referência com os 12 meses imediatamente anteriores	1,9%	5,1%

VENDAS DO VAREJO POR SEGMENTOS

Na comparação entre novembro e outubro de 2021, volume de vendas caiu em seis dos oito segmentos do varejo analisados

A análise dos dados do comércio varejista por segmento mostra que, em novembro de 2021, a maior queda mensal ocorreu no segmento de Móveis e Equipamentos domésticos (-2,3%), seguido de Tecidos, Calçados e Vestuário (-1,9%) e Combustíveis e Lubrificantes (-1,4%). Das oito atividades analisadas, cinco tiveram queda na comparação mensal. Os resultados positivos nessa base de comparação foram de Outros artigos pessoais (2,2%), Tecido, Vestuário e Calçados (1,2%) e Supermercados (0,9%), que compensaram as quedas dos demais seguimentos, garantindo o resultado positivo do mês. Analisando a variação acumulada em 12 meses, que permite uma visão melhor sobre a recuperação dos segmentos, houve avanço em quatro das oito atividades analisadas, com destaque para Outros artigos de uso pessoal e doméstico (13,7%) e Tecidos, Vestuário e Calçados (11,9%). Entre os segmentos que apresentam queda no acumulado de 12 meses, o maior recuo foi o de Livros, Jornais e Papelaria (-21,2%); já as vendas de Móveis e eletrodomésticos, que apresentaram um bom desempenho durante a pandemia, também recuaram na medição de novembro de 2021 (-4,8%).

Segmento	Variação mensal	Variação acumulada
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,2%	13,7%
 Tecidos, vestuário e calçados	-1,9%	11,9%
 Artigos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos	1,2%	10,4%
 Combustíveis e lubrificantes	-1,4%	0,2%
 Hipermercados e Supermercados	0,9%	-2,3%
 Equipamentos e materiais de escritório	-0,1%	-2,7%
 Móveis e eletrodomésticos	-2,3%	-4,8%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,4%	-21,2%

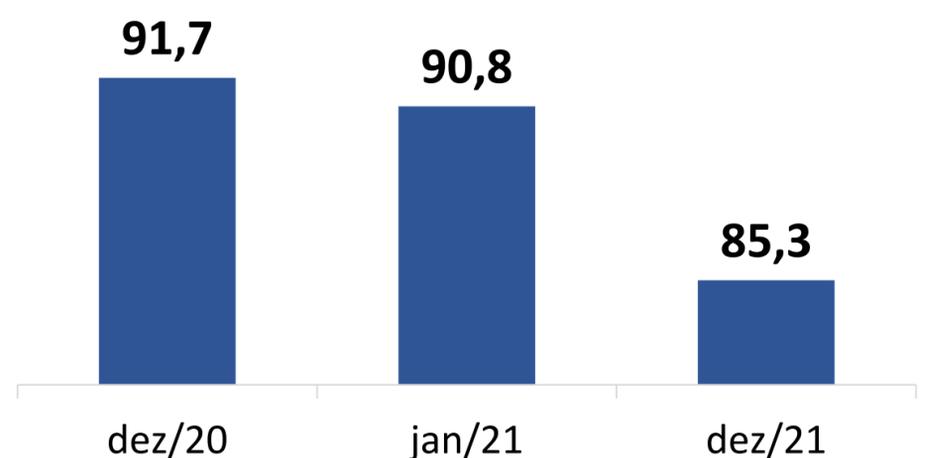
INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Confiança do comércio cai em 2021; apesar do recuo, indicador segue acima do observado nos picos de transmissão de Covid

O Indicador de Confiança do Comércio apurado pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** encerrou o ano de 2021 em queda, marcando 85,3 pontos no mês de dezembro. Esse resultado ficou abaixo do patamar observado ao final de 2020 (91,7 pontos), mas acima do observado em março de 2021, quando a confiança do setor foi abalada pela segunda onda da pandemia.

A confiança em 2021

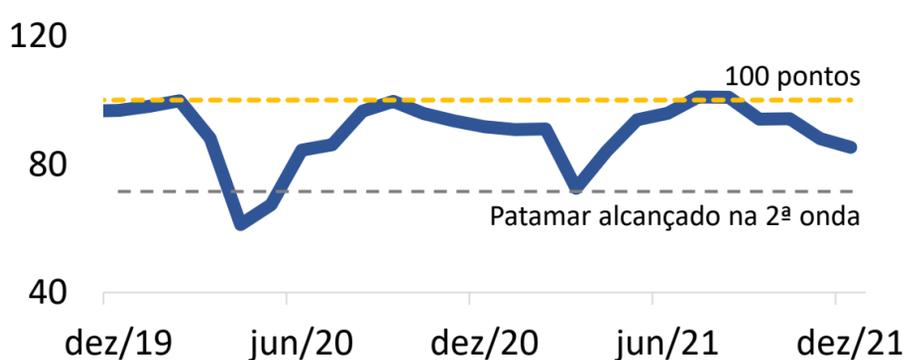
Número índice de zero a 200



Pela metodologia, valores acima de 100 mostram que a maior parte desses empresários está otimista; valores abaixo dessa marca indicam que a maior parte está pessimista. O Indicador de Confiança é formado por dois componentes: o Indicador de Situação Atual, que mede a percepção dos empresários com o momento presente; e o Indicador de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos meses. Em dezembro de 2021, o componente da situação atual pontou 84, abaixo dos 87,3 pontos registrados para as expectativas. A série histórica da confiança mostra que os níveis mais baixos alcançados no auge da pandemia ficaram para trás: mesmo com a queda recente, o resultado de dezembro superou valores registrados nos picos de transmissão de Covid-19. No entanto, o indicador ainda se situa distante da marca dos 100 pontos, refletindo o problema do baixo crescimento, aceleração inflacionária e aumento dos juros.

Indicador de Confiança do Comércio

Série histórica



Componentes da confiança

Dezembro de 2021



MERCADO DE CRÉDITO

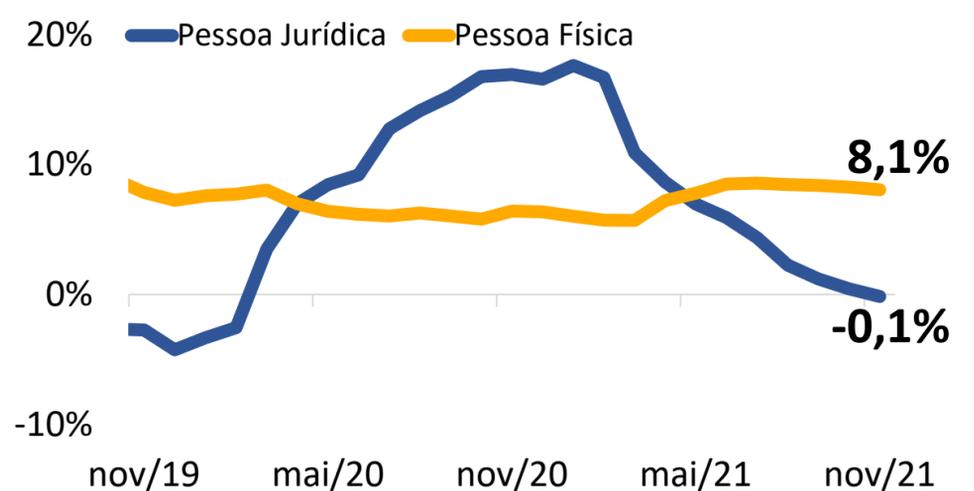
Saldo de crédito a empresas recua 0,1% na comparação anual; juros a empresas e consumidores sobem

Dados do **Banco Central do Brasil (BCB)** mostram que o saldo de empréstimos e financiamentos contratados por pessoas jurídicas através do Sistema Financeiro Nacional recuou 0,1% em novembro de 2021, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já o saldo de crédito destinado a pessoas físicas avançou 8,1%. Os números consideram a variação da inflação no período.

Desde o início da pandemia, houve forte aceleração do crédito a empresas. O ritmo de crescimento do saldo de empréstimos e financiamentos a esse segmento chegou próximo de 20% no início de 2021, e passou a desacelerar em seguida, até registrar o recuo do mês de novembro. Já o crédito a pessoas físicas apresentou um comportamento mais estável no período, com ligeira aceleração nos meses mais recentes. A acelerada expansão do crédito a empresas observada até o início de 2021 foi fruto de medidas governamentais e de agentes privados para dar sobrevida aos setores mais afetados pela crise. Os últimos meses também foram de aumento das taxas médias de juros contratadas por pessoas físicas e jurídicas: em novembro, a taxa média registrada para PF foi de 22,9% ano; já a taxa média para PJ foi de 17,8% ao ano. O aumento dos juros na ponta reflete a elevação da taxa básica de juros, a Selic.

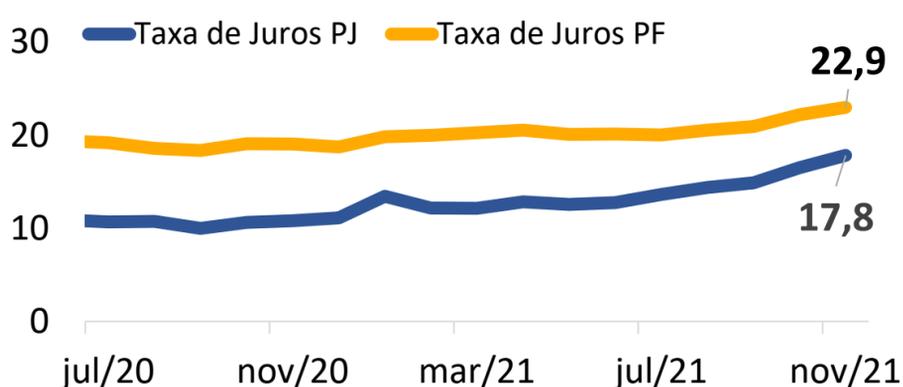
Crescimento do saldo de crédito

Variação anual | Saldo deflacionado



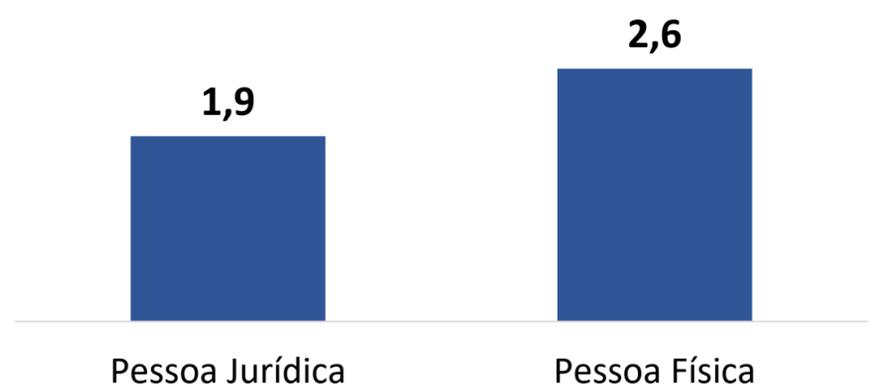
Taxa média de juros

Em % ao ano



Volume de crédito

Em trilhões de reais

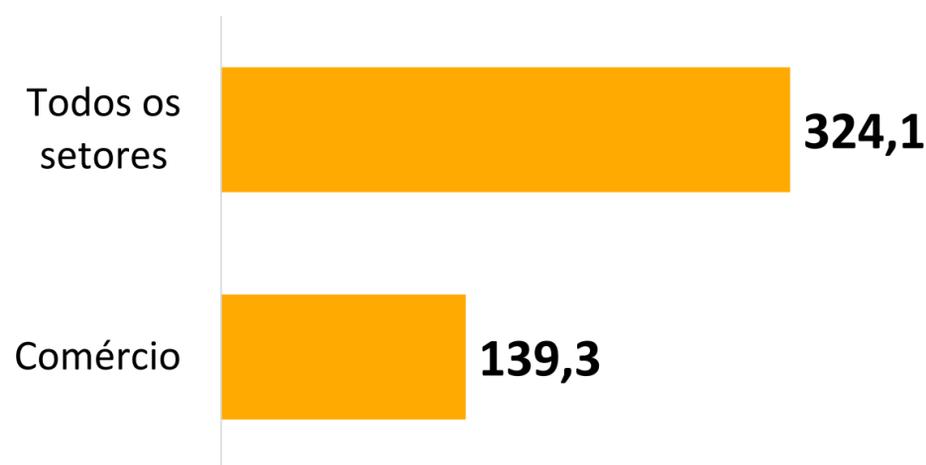


MERCADO DE TRABALHO

Comércio cria quatro de cada dez vagas formais em novembro de 2021; quase 140 mil postos de trabalho foram criados pelo setor

Criação de vagas

Novembro de 2021 | Em milhares

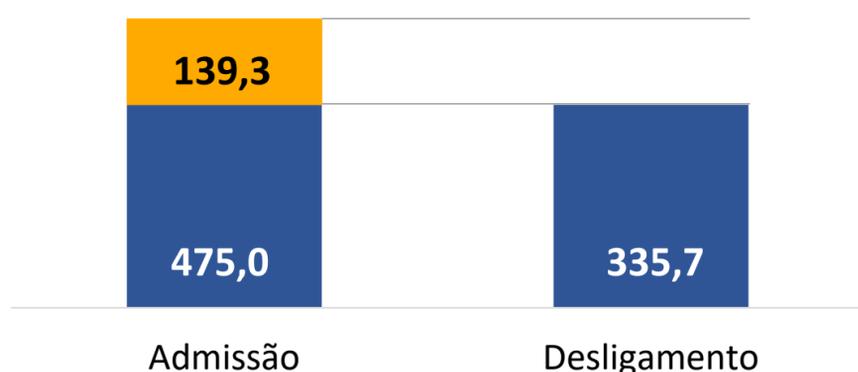


Números do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)** mostram que, em novembro de 2021, o comércio criou 139,3 mil empregos formais. Foi o maior saldo registrado pelo setor desde novembro de 2020, quando o comércio criou 176,96 mil vagas. Considerando todos os setores da economia, a soma de vagas criadas em novembro chegou a 324,1 mil.

O saldo positivo de vagas criadas no setor de comércio resultou de um total de 475 mil admissões e 335,7 mil demissões. Ao longo de todos os meses de 2020, o saldo de criação de vagas foi positivo, tanto para o comércio quanto para o conjunto de todos os setores da economia. Considerando a soma do saldo de criação de vagas de todos os meses, a economia brasileira criou 2,9 milhões de postos formais de trabalho de janeiro a novembro de 2021. O setor de comércio, em particular, criou cerca de 630 mil vagas no mesmo período. A contínua criação de postos formais de trabalho tem contribuído para a queda do desemprego, embora o universo da força de trabalho seja composto também por um contingente de trabalhadores informais. Ainda de acordo com o CAGED, o estoque total de empregos formais, independentemente do período de criação, chegou a 41,5 milhões, sendo 9,8 milhões contratadas pelo comércio.

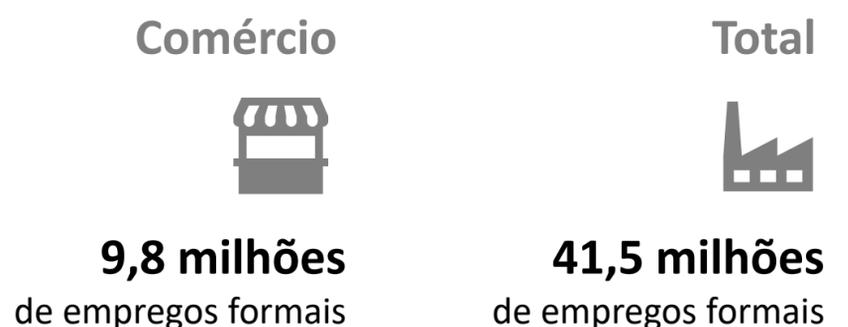
Criação de vagas no Comércio

Novembro de 2021 | Em milhares



Estoque de empregos formais

Novembro de 2021

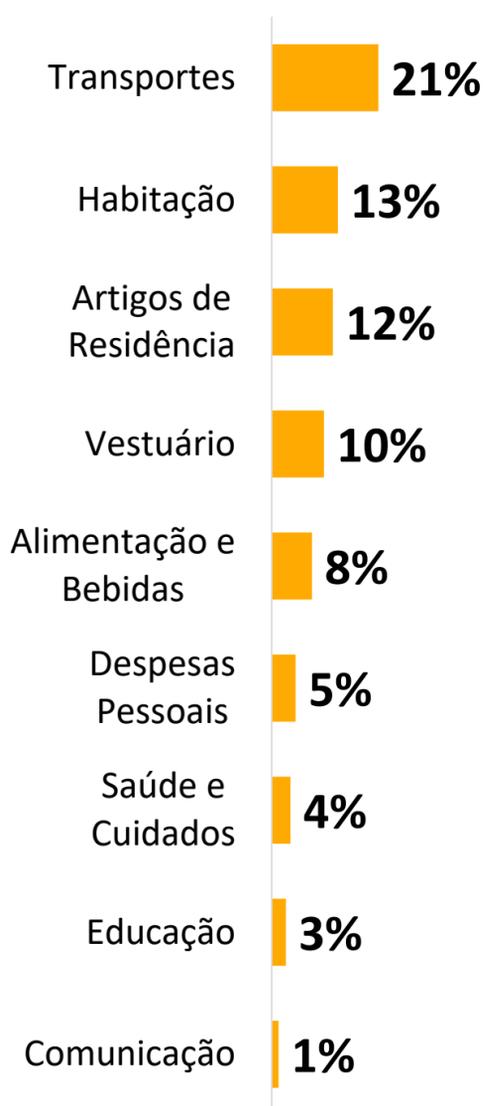


INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

Inflação encerra 2021 em 10%; índice oficial medido pelo IBGE ficou acima da meta

Componentes do IPCA

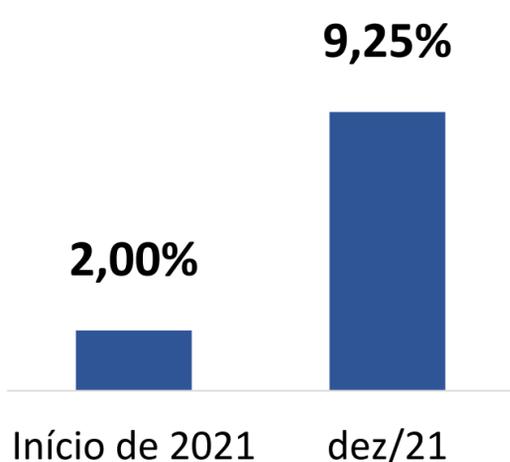
Varição em 2021



Em 2020, primeiro ano de pandemia, a inflação medida pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** foi de 4,5%. Ao longo de 2021, com a retomada do consumo e, ao mesmo tempo, com as consequências da desorganização das cadeias produtivas, os preços aceleraram em várias partes do mundo. No Brasil, não foi diferente. O IPCA registrou avanço de 10,06%, muito acima do centro da meta estipulado pelo Conselho Monetário Nacional, de 3,75%. Entre os diferentes grupos de bens que compõem a cesta do IPCA, o maior avanço dos preços foi observado nos itens relacionados a Transportes, com avanço de 21%. Dentro desse grupo, um dos destaques foi o aumento do preço dos combustíveis. O avanço e a persistência da inflação levaram o Comitê de Política Monetária do Banco Central a agir. A alta da taxa básica de juros já era esperada para 2021, mas o ritmo de aumento foi acelerado com a pressão inflacionário. Diante disso, a taxa SELIC saiu de 2,0%, no início do ano, para 9,25%, conforme a última reunião do COPOM. A expectativa do mercado é de que o Comitê deverá repetir a alta de juros nas próximas reuniões.

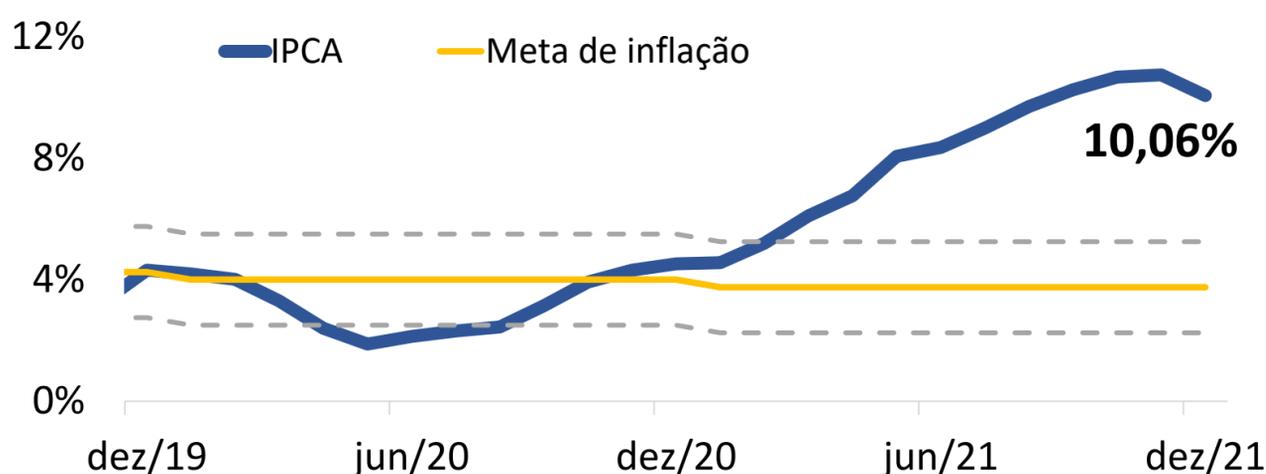
SELIC

Em % ao ano



IPCA

Varição acumulada em 12 meses



INDICADORES FINANCEIROS

Bolsa registra desempenho negativo em 2021, com queda de 11,9%; dólar sobe e encerra o ano cotado a R\$ 5,57

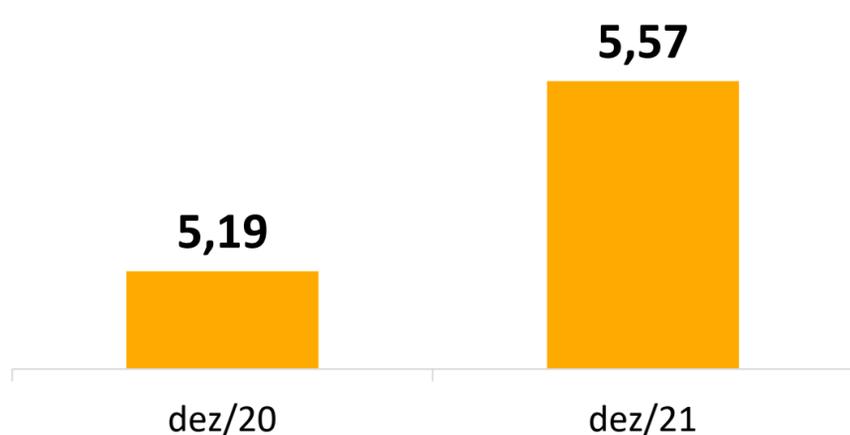
Considerando apenas o desempenho da bolsa no mês de dezembro de 2021, o principal índice de ações brasileiro avançou 2,9%. No entanto, na comparação entre o último resultado de 2020 e o último resultado de 2021, a bolsa registrou uma queda de 11,9%. Já o Índice de Consumo, que reúne empresas representativas dos setores de consumo cíclico, não cíclico, saúde e educação, apresentou queda de 26,1%. Isso quer dizer que quem montou uma carteira de investimentos com a mesma composição do índice IBOVESPA obteve uma rentabilidade negativa. O desempenho das principais varejistas da bolsa também foi negativo. A deterioração do cenário econômico, com avanço da inflação e dos juros, prejudicou as empresas do setor, já que o consumo das famílias é muito sensível a essas variáveis.

	Variação Mensal	Variação desde janeiro de 2021
IBOV	-11,9%	2,9%
ICON	-26,1%	0,0%
MGLU3	-71,1%	-7,4%
RADL3	-16,1%	-13,6%
CRFB3	-21,4%	-0,5%
LREN3	-37,7%	-14,1%
AMER3	-58,2%	4,2%

IBOV Ibovespa – ICON Índice de Consumo – RADL3 Droga Raia – CRFB Atacadão – LREN Lojas Renner – MGLU3 Magazine Luiza – AMER3 Lojas Americanas –

Dólar no fechamento do mês

Em R\$ por dólar



O quadro de incertezas da economia brasileira impulsionou o avanço do dólar, que encerrou o mês de outubro cotado a R\$ 5,57. Isso representa um avanço de com avanço de 7,3%. Depois de beirar os R\$ 5,7 em março de 2021, o dólar ensaiou um recuo, mas voltou valorizar-se a partir do segundo semestre.

TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

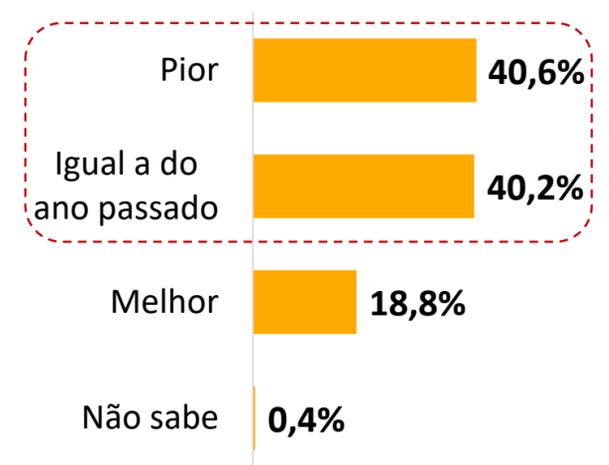
O desafio de restaurar a confiança em 2022: indicadores ainda mostram percepção negativa dos consumidores

A análise do Indicador de Confiança do Consumidor, apurado pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, mostra dois fatos importantes: o primeiro é que o nível atual de confiança está acima do observado nos picos de contágio da pandemia. O segundo fato é que, mesmo assim, a confiança está abaixo dos níveis pré-pandemia: em dezembro de 2021, o indicador registrou 75,5 pontos; em fevereiro de 2020, antes de a crise sanitária se espalhar pelo mundo, o indicador registrava 87,8 pontos. O cenário de desemprego ainda elevado e, mais recentemente, de repique inflacionário explicam a baixa confiança. Na população com menor renda, o indicador mostra-se ainda menor do que na média: entre os consumidores com renda de até R\$ 2.100, a confiança atingiu a 63,7 pontos. Esses números também estão refletidos nos dados da **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**: em dezembro de 2021, a pesquisa mostrou que 53,3% dos entrevistados têm perspectivas profissionais negativas e 40,6% sentiram piora na renda. Um dos desafios para 2022 é restaurar esse quadro para garantir a volta sustentável do consumo.

Perspectiva profissional

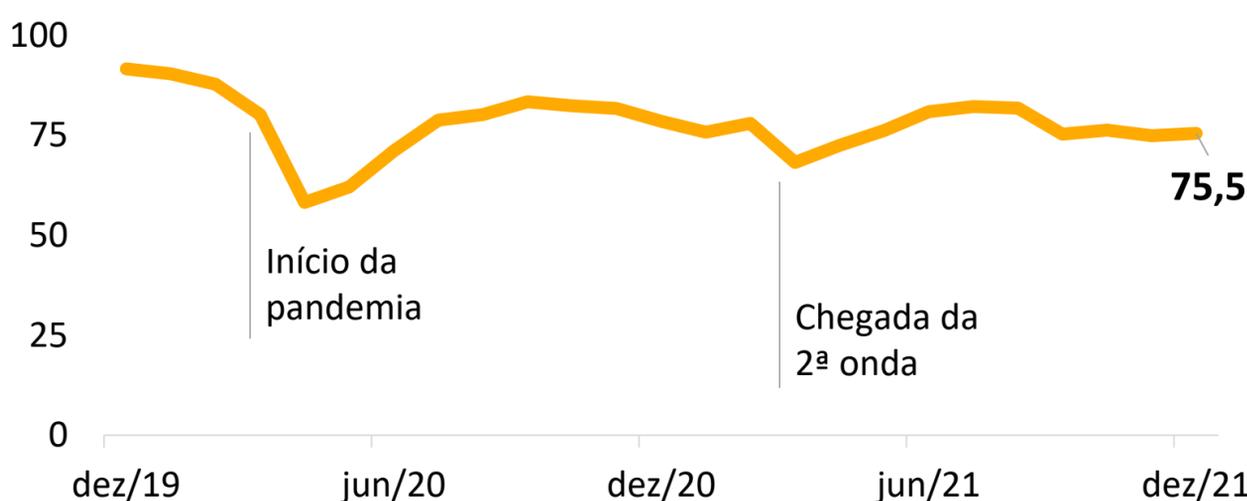


Renda Atual

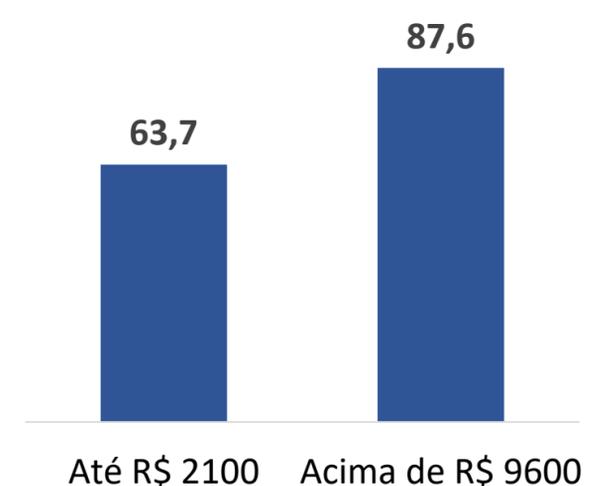


Indicador de Confiança do Consumidor

Número índice de zero a 200



Confiança por renda



PROJEÇÕES PARA 2022

Resultados do primeiro Boletim Focus de 2022 mostram previsão de baixo crescimento e inflação menor do que a de 2021

O **Banco Central do Brasil** reúne no Boletim Focus, atualizado semanalmente, as projeções do mercado para as principais variáveis macroeconômicas. De acordo com as projeções de o primeiro Boletim de 2022, divulgado em 07 de janeiro, o mercado projeta um crescimento muito baixo para a economia brasileira em 2022: 0,28%, quase perto da estabilidade. Ainda de acordo com as projeções, a inflação deverá desacelerar ao longo do ano, passando do atual patamar de 10% para algo próximo de 5%. O mercado também espera novas altas da taxa SELIC. As projeções indicam que os juros básicos encerrarão o ano fixados em 11,75%, ante os 9,25% atuais.

Projeções do Boletim Focus

Relatório de 07 de janeiro de 2022

Produto Interno Bruto	0,28%	Queda com relação ao crescimento previsto para 2021	↓
Inflação (IPCA)	5,03%	Queda com relação à inflação apurada em 2021	↓
SELIC	11,75%	Aumento com relação a SELIC do final de 2021	↑
Dólar	R\$5,50	Queda com relação ao resultado do final de 2021	↓

CNDL na Mídia

O presidente da CNDL, José César da Costa, concedeu entrevista para a CNN em que falou sobre a Reforma Trabalhista e os avanços na legislação para se adaptar à nova realidade do mercado.

[Confira a pesquisa](#)



Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas de novembro a dezembro:

Afastamento da gestante trabalhadora



O **PL 2058/2021** de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e relatado pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho de trabalhadoras gestantes.

Com a rejeição da MP 1045/2021 que vinculava o PL ao BEm (Benefício Emergencial), foi apresentado novo parecer pela relatora, a proposta garante a manutenção dos postos femininos no mercado de trabalho e segurança para as mulheres, determinando que somente as grávidas totalmente imunizadas podem voltar ao trabalho. Além disso, para as gestantes que, por força de fatores independentes de sua vontade ainda não estão imunizadas, o PL prevê a equiparação à gravidez de risco, permanecendo a gestante afastada de atividades mediante o pagamento do salário-maternidade.

Situação: Em (16/12) o plenário do Senado Federal aprovou, conseguimos pautar no Plenário Câmara no mesmo dia, mas 20h30 até 23h teve obstrução da oposição nele, sem acordo não prosseguiu a votação.

Próximos passos: aguardando votação pela Câmara dos Deputados em 2022.

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)



O **PL 4728/2020**, relativo ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, aprovado pelo Senado em 05 de agosto, mas ainda aguarda deliberação da Câmara, o PL faz parte do pacote da Reforma Tributária.

Próximos passos: aguarda votação pela Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL

Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, inclusive do período da pandemia.



O **PLP 46/2021**, de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC) e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), a fim de permitir o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária, exceto contribuições previdenciárias, vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores; e cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE), tendo como fato gerador a quitação das prestações do Relp e incidindo sobre o valor das parcelas pagas.

Situação: Aprovado pela Câmara e Senado Federal no final de 2021, mas foi integralmente vetado pelo Presidente da República em 07/01/2022.

Próximos passos: Aguarda derrubada do veto n. 8/2022 pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2022.

Aumento do limite da receita bruta do MEI



O **PLP 108/2021**, do Senado Federal, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados"

Situação: aprovado pelo Senado em 12 de agosto, aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)



A **PEC 17/2019**, um pilar fundamental para a concretização do arcabouço normativo da proteção de dados pessoais e para a segurança jurídica é o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, a qual também visa incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal.

Situação: Aprovado tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

Próximos passos: Aguarda promulgação pelo Congresso Nacional.

Modifica a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional



Projeto de Lei Complementar 147/19 – de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC), pretende colocar o Sebrae e 1 representante das Confederações Nacionais de micro e pequenas empresas no Comitê Gestor do Simples Nacional. Atualmente há representantes apenas da União, Estados e Municípios.

E Garante a 1,5 milhão de caminhoneiros autônomos a possibilidade de atuarem como microempreendedor individual, Como MEI, os caminhoneiros autônomos passam a contar com a oportunidade de ter um CNPJ, emitir nota fiscal, usufruir de direitos previdenciários, além de uma série de outras vantagens, como o acesso a financiamentos.

Situação: Sancionado em Lei Complementar n.188 em 31/12/2021 e publicado o publicado em 14/01/2022 o Decreto 10.938/2022, que modifica o Decreto 6.038/2007. A partir de agora o Sebrae Nacional passa a integrar o Comitê Gestor do Simples Nacional, órgão competente para tratar dos aspectos tributários relativos ao Simples Nacional.

CONGRESSO NACIONAL

Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Busca permitir que tenhamos documentos de arrecadação da União, dos Estados e Municípios, **padronizados**. Hoje temos mais de cinco mil documentos tributários só no âmbito municipal, o que dificulta em muito o pagamento de impostos.

E dever administrativo das empresas de comprovar que o pagamento do tributo foi realizado. Mais do que uma complicação burocrática, essas obrigações representam um custo altíssimo ao país. Cálculos da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC), apontam que o Brasil gasta, em um número considerado conservador, algo como R\$ 152 bilhões por ano com a manipulação desses documentos.

Situação: Em 26/10, o deputado Efraim Filho protocolou na Câmara dos Deputados o PLP 178/21.

Regulamentando a cobrança do DIFAL (diferencial de alíquotas do ICMS)



A proposta modifica a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), regulamentando a cobrança do DIFAL (diferencial de alíquotas do ICMS) nas operações de vendas de produtos e prestação de serviços a consumidor final localizado em outro Estado.

A proposta procura evitar falta de regulamentação a partir de 2022 em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucionais várias cláusulas do Convênio 93/15, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o qual reúne todos os secretários estaduais de Fazenda.

Situação: Sancionado na Lei Complementar n. 190 em 05 de janeiro de 2022.

CONGRESSO NACIONAL

Desoneração da Folha de Pagamento



PL 2.541/2021 - De autoria do presidente da FCS, deputado Efraim Filho (DEM-PB), a proposta prorroga até dezembro de 2023 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Essa permissão foi introduzida há 10 anos pela legislação atual (Lei 12.546, de 2011), ela se esgotaria em 31 de dezembro deste ano.

Situação: Sancionado na Lei nº 14.288, de 31 de dezembro de 2021.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

